ATA NÚMERO DOIS MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS.

Aos Vinte e Dois Dias do Mês de Maio do Ano de Dois Mil e Um, reuniu-se no Plenário Vereador Cesar Augusto Leoni, a Câmara Municipal da Lapa, sob a presidência do Vereador Sérgio Augusto Leoni, secretariado pelos Vereadores Marco Antonio Bortoletto e Dirceu Rodrigues Ferreira, presentes os Vereadores: Valério Schmidt, Adriano Hamerschmidt, Osvaldo Benedito Camargo, Valentina Piovezan Batista, João Renato L. Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Elisia Martins, Alceu Hoffmann e Walter José Horning

A Hora Regimental o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão, com a deliberação da ata anterior que foi aprovada com as seguintes ressalvas: Da Vereadora Valentina, na folha dez, linha vinte e seis, onde lê-se "...o PRONAI que...", leia-se "...o PRONAICA que..."; mesma folha, linha quarenta e nove, onde lê-se "...do PRONAI que...", leia-se "...do PRONAICA que..." . Do Vereador Valério, folha cinco, linha dezessete, onde lê-se "...próprio fundo de amparo ao trabalhador lapeano ...", leia-se "...próprio Fundo de Previdência Municipal ..."; mesma folha, linha vinte e dois, onde lê-se "...com o Fundo Municipal ...", leia-se "...com o FUNPREV ..."; na folha nove, linha trinta e seis, onde lê-se "...ocorre que tem que correr atras daquilo que roldão, o problema do Conselho...", leia-se "...ocorre que vem de roldão das esferas estadual e federal, como é o caso do Conselho ..."; folha quatorze, linha trinta e seis, onde lê-se "..de estabilização,..", leia-se "..de instabilização,.."; folha quinze, linha sete, onde lê-se "...muitas vezes de vangloria e que não percebe que pode tanto soprar ...", leia-se "...muitas vezes se vangloria e que não percebe que pode, quando soprar ...".

No Expediente do Dia, o 1° Secretário leu a correspondência recebida, onde constou o seguinte: Ante-projeto de Lei n° 08/2001, de autoria da Vereadora Elisia Martins, que denomina de Rua Ricardo Ganzert, logradouro que especifica. Ofícios n°s 189 e 190, do Executivo Municipal, em resposta a requerimento dos Vereadores Dirceu Rodrigues Ferreira e Elisia Martins. Ofício n° 186, do Executivo Municipal convidando para reunião com a Caixa Econômica Federal. Ofício n° 192, do Executivo Municipal, encaminhando Lei Municipal n° 1532. Correspondência do Assessor de Transportes Rodoviário encaminhando relatório. Ofício n° 123/01., da Editora Gráfica Nossa Senhora Aparecida, em resposta a requerimento do Vereador Valério Schmidt. Ofício Circular n° 48/2001, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando deliberação sobre consultas encaminhadas ao Tribunal. Correspondência da Souza Cruz comunicando movimentação do ano de 2000. Correspondência do Deputado Estadual José Maria Ferreira, sobre a privatização da COPEL. Ofício Circular n° 004/01, do Deputado Federal Max Rosenmann, sobre débitos previdenciários com o INSS. Ofício Circular n° 24/2001, da Câmara Municipal de Campo Mourão, encaminhando requerimento referente a comprovação do tempo de serviço dos trabalhadores rurais. Ofício n° 010/2001, do Conselho Municipal de Saúde, solicitando o empréstimo da sala de reuniões. Noticiários IBAM n°s 424 e 425. Convite para evento do projeto de informática na comunidade. Convite do IPHAN para exposição.

Ainda no Expediente do Dia foi feita, pelo 2° Secretário, a leitura do resumo da correspondência expedida.

Dando inicio à Ordem do Dia, presentes os Vereadores Marco Antonio Bortoletto, Dirceu Rodrigues Ferreira, Valério Schmidt, Adriano Hamerschmidt, Osvaldo Benedito Camargo, Valentina Piovezan Batista, João Renato L. Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Elisia Martins, Alceu Hoffmann e Walter José Horning.

Em Redação Final o ante-projeto de Lei n° 20/2001, de autoria do Executivo Municipal, que promove ajuste salarial dos servidores públicos municipais cujos vencimentos ficaram inferiores ao salário mínimo, e dá outras providências.

Livre a palavra para discussão da redação final e ninguém querendo se manifestar, foi a mesma declarada aprovada.

Em 2ª discussão o ante-projeto de Lei nº 18/2001, de autoria do Executivo Municipal, que dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 1306, de 23 de novembro de 1995, e dá outras providências.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o ante-projeto de Lei nº 18/2001, de autoria do Executivo Municipal, que dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 1306, de 23 de novembro de 1995, e dá outras providências, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unânimidade.

Em 1ª discussão o ante-projeto de Lei nº 16/2001, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a conceder à Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC – ADECAL, subvenção mensal e dá outras providências.

Havendo Emenda Modificativa, de autoria da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, inicialmente foi esta colocada em discussão.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Adriano dizendo que interinamente assumiu a Presidência da Comissão de Economia e Finanças até que o Vereador Vilmar Fávaro, reassuma novamente, então em nome dessa Comissão esse projeto acabou saindo de pauta em reuniões passadas afim de aguardar as informações que foram requeridas, a informação foi suprida e o parecer foi dado dizendo de que são satisfatórias as informações e que esse projeto poderia vir ao Plenário, como o Presidente da Associação apresentava duas sugestões para resolver o problema da retroatividade uma das principais questões levantadas, se fazia retroatividade de alguns itens apenas, dizendo que poderia repassar o valor integral a partir de maio, então o Prefeito Municipal no seu ofício acrescenta a informação de que os seiscentos reais que eram repassados para a Associação anterior, eram destinados só ao Programa Formando Cidadãos e que agora haveria a necessidade de ser oito mil reais para atender todas as atividades do CAIC, o Prefeito resolveu optar pela retroatividade a partir de primeiro de maio deste ano, então a Comissão de Economia e Finanças está apresentando essa emenda para modificar a redação do artigo quinto e resolver de uma vez por todas essa questão do repasse da subvenção para a Associação do CAIC. Pede aos demais Vereadores que aprovem essa emenda.

Solicitando um aparte o Vereador João Renato disse que se não aprovar essa emenda, estariam dando um valor de trinta e dois mil reais a mais do que o necessário para a ADECAL, isso caso aprovado o projeto como está no original.

Continuando o Vereador Adriano disse ser difícil dizer se vai ser a mais ou indevido, o que se verificou em conversas, parece que houve confusão na elaboração da redação com relação a retroatividade, então ela estaria retroagindo a primeiro de janeiro, tinha o problema do médico que já era contratado pela Prefeitura que estava prestando serviço, foi levantado a questão de que este médico poderia receber duas vezes ou se seria outro médico, por isso foi levantado a questão e pedido as informações, o que se esclarece é que existe algumas contratações como bem explica o Presidente da Associação, como o caso dos dois auxiliares de serviços gerais e também o auxiliar de enfermagem, os dois auxiliares de serviços gerais já prestam serviço no CAIC desde primeiro de janeiro, por isso eles haviam proposto a solução de que poderia se estipular retroatividade diferenciada para cada item da planilha de custos, o Prefeito no seu ofício preferiu optar por repassar o valor a partir de agora, então se percebe que não houve maldade, mas a vontade de acertar e acabaram chegando nessa problemática, agora acredita que é uma das melhores formas para se resolver esse problema, por isso solicita aos demais Vereadores que aprovem a emenda.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi a Emenda Modificativa colocada em votação sendo aprovada por unânimidade.

Em 1ª discussão o ante-projeto de Lei nº 16/2001, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a conceder à Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC – ADECAL, subvenção mensal e dá outras providências, com a emenda aprovada.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Cavalini dizendo que a comissão da qual faz parte também foi favorável, em função de entender que é muito oportuna a subvenção, porque uma escola precisa de dinheiro, trabalha em uma escola com menor cunho social e sabe da necessidade do repasse, daí o parecer favorável, a região é de pressão demográfica muito grande, realmente precisa, não do assistencialismo, mas de um direcionamento e tem a certeza que aquela equipe saberá dar o necessário.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o ante-projeto de Lei nº 16/2001, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a conceder à Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC – ADECAL, subvenção mensal, colocado em votação sendo aprovado por unânimidade.

Havendo sobre a Mesa requerimento assinado pela maioria dos Vereadores solicitando a dispensa de interstício para a 2a. deliberação do ante-projeto de Lei nº 16/2001, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a conceder à Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC – ADECAL, subvenção mensal, novamente colocou-se este em discussão.

Inicialmente em discussão a Emenda Modificativa, de autoria da Comissão de Economia.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi a Emenda Modificativa, colocada em 2ª votação sendo aprovada por unânimidade.

Em 2ª discussão o ante-projeto de Lei nº 16/2001, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a conceder à Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC – ADECAL, subvenção mensal e dá outras providências, com a emenda aprovada.

Livre a palavra para discussão, e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o ante-projeto de Lei nº 16/2001, que autoriza o Poder Executivo a conceder à Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC – ADECAL, subvenção mensal, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unânimidade.

Em 1ª discussão o ante-projeto de Lei nº 17/2001, de autoria do Executivo Municipal, que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Cavalini dizendo ser fundamental para uma cidade como a Lapa o encaminhamento de regulamentação de Conselho tão importante como do Meio Ambiente, pois tem um solo frágil que vai desde um solo litólico que é o caso do Monge da escarpa devoniana, passando por um podisólico, e indo para um cambisolo no final da Lapa, estas variações de solo exigem um manejo adequado em cada região do Município,. também em cada solo nasce, cresce, desenvolve um tipo de floresta, tem a umbrofilamista, com pinheiros, araucárias e foliosas, tem também a vegetação muito importante, sensível ao ecossistema que é a floresta de várzea que tem ao entorno do Rio da Várzea e do Rio Iguaçu, daí a importância de pessoas com consciência, com capacidade e acima de tudo com conhecimento no Município fazer parte desse Conselho, é providencial que o Prefeito seja feliz nessa nomeação, nesse sentido fica ao dispor para colaborar, acredita que a Câmara de Vereadores inteira, porque tem recursos naturais renomáveis no Município, sendo explorado a centenas de anos e é necessário que tenha certas normas, determinados controles na atividade do homem sobre a terra, sobre os recursos naturais, acredita ser de muita importância a concretização desse Conselho e a aprovação desse Conselho do Meio Ambiente para o Município.

Com a palavra o Vereador Adriano disse que a Comissão de Economia e Finanças também apresentou seu parecer, embora iniciem dizendo que bom seria se tivessem dados mais consistentes para poder fazer um parecer fundamentado, isso também é dito no parecer do projeto da Bolsa Escola, que será tratado logo mais, evidenciando a necessidade urgente da criação de um banco de dados melhor, mais atualizado, para poder encima desses dados emitir pareceres e fazer até projeções do que vai vir, mesmo sem ter estes

dados é possível vislumbrar essas realizações, o que um Conselho de Meio Ambiente poderá fazer, qual sua área de atuação, sua abrangência, o quanto vai contribuir para o Município, principalmente no artigo segundo que apresenta as atribuições do Conselho que não são poucas e tem certeza que as pessoas que serão nomeadas estarão trabalhando para isso e também no artigo quinto onde diz que as despesas decorrentes correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, o Assessor Jurídico até fez um parecer para a Comissão de Legislação, enviando para a Comissão de Economia uma pergunta se este artigo quinto estaria de conformidade por ser bastante abrangente, ocorre que de posse do edital anexado na lei, na página sete, traz uma relação enorme das dotações orçamentárias e daquilo que vai ser utilizado para a execução orçamentária do programa, então neste caso a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização acreditou que o artigo quinto também está correto e por isso deu parecer dizendo que esse projeto poderia vir a Plenário para discussão, onde declara seu voto favorável.

Com a palavra o Vereador Valério disse querer acondicionar mais um detalhe de vital importância para o Município, a instigação para que os Municípios de Contenda, Antonio Olinto, Porto Amazonas, ou seja, limítrofes da bacia do Rio Iguaçu e do Rio da Várzea, para que se dê início a estruturação do Conselho Intermunicipal de Meio Ambiente, para que possam excetuar outras formas de proteção a fauna e a floresta, também às águas, até com recursos talvez das multas que foram aplicadas na Petrobrás, poderiam, existindo um consórcio intermunicipal, reivindicar porque é um recurso que vai para a esfera federal, isso está nas entrelinhas do relatório, o Conselho Municipal de Meio Ambiente é quem pode orientar na formação de uma lei que venha realmente a proteger os mananciais de água, com relação ao que diz respeito a utilização do solo de forma não apropriada, precisam que o Conselho de Meio Ambiente se efetive para que possam legislar em dois momentos, primeiro a proteção dos mananciais e da malha viária e depois o pleito a nível de verbas estaduais e federais quando oxalá em curto espaço de tempo possam fomentar a idéia nos demais municípios para ter efetivamente um consórcio intermunicipal de Meio Ambiente.

Com a palavra o Vereador João Renato disse querer parabenizar o Vereador Cavalini, porque ninguém melhor que ele para falar dentro dessa Casa de meio ambiente. No projeto algo lhe chamou a atenção, gostou da escolha dos membros da iniciativa privada, porque efetivamente será um conselho paritário que terá a voz do Poder Público e da comunidade em mesma proporção, são quatro membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, um representante da Emater, gerência local, um representante da Associação Comercial e Industrial da Lapa, um representante escolhido entre as organizações de defesa do meio ambiente constituídas no Município, um representante escolhido entre as associações de moradores constituídos no Município, isso é importante, que a comunidade e Poder Público estejam imbuídos num mesmo ideal e que este seja de conservação e preservação do meio ambiente, também tem o pleito dos recursos que hoje sabem existir dentro do Governo Federal, principalmente no que tange ao Rio Iguaçu, teve oportunidade de ouvir o Deputado Federal Luciano Pizzatto, onde ele falou, muito bem lembrado foi pelo Vereador Valério, desse Conselho Intermunicipal de Meio Ambiente, isso devem buscar, todos juntos na preservação e conservação e na agregação de recursos.

Solicitando um aparte o Vereador Cavalini disse que na agregação de recursos trabalham já a vários anos na Lapa, quando cadastrou-se o Monge, o CM ecológico, junto com a engenheira Júnia, também o cadastramento da floresta do Passa Dois e mais recentemente o cadastramento da escarpa devoniana e ainda tem potencial biológico de ecossistema para ser cadastrado.

Continuando o Vereador João Renato disse que o seu voto será favorável e pede a dispensa de interstício para que possam votar também em primeira e segunda discussão esse projeto.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o ante-projeto de Lei nº 17/2001, de autoria do Executivo Municipal, que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências, colocado em votação sendo aprovado por unânimidade.

Colocado em votação o pedido, de autoria do Vereador João Renato, de dispensa de interstício para a 2ª deliberação do ante-projeto de Lei nº 17/2001, de autoria do Executivo Municipal, que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, foi o mesmo aprovado por unânimidade.

Em 2ª discussão o ante-projeto de Lei nº 17/2001, de autoria do Executivo Municipal, que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o ante-projeto de Lei nº 17/2001, que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unânimidade.

Em 1ª discussão o ante-projeto de Lei nº 22/2001, de autoria do Executivo Municipal, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, associado a ações socio-educativas, vinculado à Educação – "Bolsa Escola" e dá outras providências.

Havendo Emendas Modificativas, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, foi a primeira emenda, protocolada sob numero 563/01, colocada em discussão.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi a Emenda Modificativa, protocolada sob numero 563/01, colocada em votação sendo aprovada por unânimidade.

Em 1ª discussão a segunda Emenda Modificativa, protocolada sob numero 564/01.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Adriano dizendo que o que se pretende nessa emenda que está se acrescentando na redação original a expressão a mais de dois anos é algo bastante salutar, parabeniza a Comissão de Justiça e Legislação por essa inclusão, parece bastante prudente, a pessoa terá que morar aqui por mais de dois anos para receber o benefício.

Com a palavra o Vereador Cavalini disse que no artigo sétimo, pensou em tentar colocar a questão do aproveitamento, da avaliação, mas lembrou que é o ciclo básico, então não colocou a emenda, acredita que o projeto é muito bom, ele é de origem do PFL, seu partido, apesar que vem de um convênio do Governo Federal, vai deixar para falar no Grande Expediente, para não desviar o assunto, quanto ao projeto talvez emendaria o artigo sétimo, mas depois lembrou que é ciclo básico e estaria discriminando talvez uma criança que estivesse com menos adaptação na escola ou com problema de desenvolvimento pedagógico.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi a Emenda Modificativa protocolada sob o numero 564/01, colocada em votação sendo aprovada por unânimidade.

Em 1ª discussão o ante-projeto de Lei nº 22/2001, de autoria do Executivo Municipal, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, associado a ações socio-educativas, vinculado à Educação – "Bolsa Escola" e dá outras providências, com as emendas aprovadas.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Adriano dizendo que vai votar favorável a este projeto da Bolsa Escola, reitera a primeira consideração com relação aos dados, gostaria de ter acesso a um banco de dados que pudesse dizer qual o número de crianças que vão ser beneficiadas num primeiro momento, mas não tem essa sustentação, então tem que ficar com os números que dispõe e as projeções que acredita, encima de valores estimados, mas parece que este problema do banco de dados pode ser solucionado, conversando com o Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município, ele adiantou que já está trabalhando, inclusive já participou de algumas reuniões com relação a elaboração do Plano Diretor para o Desenvolvimento Econômico do Município e essa matéria que interessa a todos e em especial este Vereador, acredita que isso possa sinalizar

uma resolução para este problema dos dados, não podem planejar sem ter as informações necessárias, com relação ao projeto bolsa/escola entende que o problema da criança fora da escola não é necessariamente um problema conjuntural, mas sim um problema estrutural, por isso talvez tivessem que ter outras ferramentas de ataque, de alternativas para que pudessem solucionar esse problema, parece que o CAIC tem uma dessas finalidades que é mostrar para a criança que ela precisa ter motivação intrínseca, sair de dentro do coração dela a vontade de ir para a sala de aula e não necessariamente ser paga para estar dentro da sala de aula, não é o ideal, mas no momento é providencial; então tem que votar favorável a este projeto, mesmo porque os recursos são federais e o próprio texto da lei prevê que ele só poderá ser reajustado, só vai poder ampliar a faixa etária para atender estas crianças, depois que todas as crianças do Município que se enquadrem nesses critérios, estejam recebendo o benefício da bolsa/escola, acredita que é um dever como Vereador votar favorável a este projeto, embora não seja a solução ideal, mas é a solução providencial.

Com a palavra a Vereadora Valentina disse que ouvindo uma teleconferência do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza sobre a bolsa escola, ele colocava que não é o ideal e quando perguntavam se passaria a idéia de assistencialismo, de pagar a família para que o filho estude, pagar a criança para que ela vá para a escola e ele deu uma resposta bastante interessante e que convenceu, disse não concordar que seja assistencialismo, porque estão falando de educação e trata-se da consolidação de um processo, o Ministério de Educação vem investindo na educação no Brasil, a criação do Fundef, o Plano de Cargos e Salários do Magistério Nacional, a própria criação do Conselho de Educação, a exigência do Conselho de acompanhamento do Fundef já fez com que noventa e sete porcento das crianças em idade escolar estejam na escola e diz o Ministro que com essa medida, com a implantação do programa de garantia de renda mínima, se chegará ao cem porcento das crianças em idade escolar dentro das salas de aula no Brasil, não há dúvida que é uma vitória se considerando muitas vezes notícias divulgadas pela imprensa em Estados do Brasil onde crianças são exploradas no trabalho infantil e professores com o salário tão irrisório, e como tudo passa pela educação, o desenvolvimento de um País, há de concordar que não é a forma ideal, mas é uma forma de se ter todas as crianças na escola, no mesmo projeto encaminhado pelo Prefeito, no artigo quarto já fica instituído também o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima, também como fez a observação o Vereador João Renato, este é paritário, com quatro membros do Poder Executivo, um representante da Caixa Econômica Federal, agência Lapa, onde serão repassados os recursos, mais um representante da Associação de Pais e Mestres das escolas municipais, um representante do Sindicato Rural da Lapa, um representante do Sindicato do Trabalhadores Rurais da Lapa e os representantes do Poder Executivo, sem dúvida vem beneficiar de uma maneira especial algumas regiões da Lapa, como por exemplo a região do CAIC que não tem ainda os dados, mas acredita que deve atingir noventa porcento das crianças e sem dúvida nenhuma é algo de muita importância, um investimento em educação.

Com a palavra o Vereador Valério disse querer inicialmente pedir a dispensa de interstício para a deliberação do projeto. Observando a LDO da União, se constata maravilhosos programas na área de saúde, na área de educação como é o presente caso, sua manifestação simplesmente era só para que ficassem atentos para os próximos anos, que os representantes a nível estadual e federal informem com bastante antecedência a formação da LDO, para que dentro dos programas lá existentes contemplem a Lapa, existem verbas jorrando e muitas vezes por desconhecerem a LDO tanto da União, quanto do Estado, se deixa de ver a Lapa contemplada com grandes programas, devem ficar atentos, a família necessitada já merecia a muito tempo a contemplação com um programa dessa natureza , é

contra, em tese, a algumas benesses que poderiam, entre aspas, instigar uma forma de permanência do cidadão na sua condição de beneficiário, mas foi feliz o Vereador Adriano com sua colocação no sentido de que é um problema social que deve ser olhado com muito carinho porque os bolssões da miséria estão a cada dia que passa se assenhorando nesse País e chegará o momento em que não terão mais controle, oxalá esse programa tenha essa conotação também de diminuir a violência orientando de forma mais produtiva os jovens.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o ante-projeto de Lei nº 22/2001, de autoria do Executivo Municipal, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, associado a ações sócio-educativas, vinculado à Educação – "Bolsa Escola" e dá outras providências, colocado em votação sendo aprovado por unânimidade.

Em votação o pedido, de autoria do Vereador Valério, de dispensa de interstício para a deliberação do ante-projeto de Lei nº 22/2001, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, associado a ações sócio-educativas, vinculado à Educação – "Bolsa Escola", foi este colocado em votação sendo aprovado por unânimidade.

Em 2ª discussão a Emenda Modificativa, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, protocolada sob numero 563/01, colocada em discussão.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi a Emenda Modificativa, protocolada sob numero 563/01, colocada em 2ª votação sendo aprovado por unânimidade.

Em 2ª discussão a segunda Emenda Modificativa, protocolada sob numero 564/01.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi a Emenda Modificativa protocolada sob o numero 564/01, colocada em 2ª votação sendo aprovada por unânimidade.

Em 2ª discussão o ante-projeto de Lei nº 22/2001, de autoria do Executivo Municipal, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, associado a ações sócio-educativas, vinculado à Educação – "Bolsa Escola" e dá outras providências, com as emendas aprovadas.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o ante-projeto de Lei nº 22/2001, de autoria do Executivo Municipal, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, associado a ações sócio-educativas, vinculado à Educação – "Bolsa Escola" e dá outras providências, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unânimidade

Em 1ª discussão do ante-projeto de Lei nº 05/01, de autoria do Vereador Dirceu Rodrigues Ferreira, que denomina de Miguel Pedro, logradouro que especifica.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Dirceu disse querer ler a justificativa: "*Miguel Pedro, nascido aos quatro dias do mês de janeiro de hum mil novecentos e dezessete, em Colônia Mariental – Lapa – Paraná, quinto filho do primeiro casamento da Senhora Catarina Horning Pedro com o Senhor João Pedro. Ficou órfão de pai aos nove meses de idade, tendo sido criado por seus avós paternos, por ocasião do segundo casamento de sua mãe com Francisco Hammerschmidt. Dessa feliz união teve ainda mais quatro irmãos por parte de mãe. Cursou a primeira série do primeiro grau na Escola Pública de Mariental, onde no período da manhã lecionava português e matemática e a tarde alemão. Sua vida desde cedo foi bastante difícil, tendo que abandonar os estudos logo que concluiu a primeira série para ajudar seu avô na lavoura, contribuindo assim para o sustento familiar. Aos dezoito anos foi para o quartel onde serviu por quatro anos. Foi chamado pela segunda vez aos vinte e seis anos, tendo inclusive servido as forças armadas por ocasião da segunda guerra mundial em hum mil novecentos e quarenta e cinco. Casou-se aos vinte e nove anos, com a Senhora Anna Teider, e dessa feliz união teve seis filhos. Mais tarde abriu sociedade com seus dois irmãos Carlos e Afonso, onde trabalhou como comerciante e distribuidor de bebidas na Empresa Hammerschmidt e*

Companhia Limitada, até os setenta e oito anos, quando veio a falecer aqui na Lapa em vinte e oito de outubro de noventa e cinco. Foi um homem honesto e trabalhador, esposo bondoso e companheiro, pai dedicado e gentil, deixando um grande exemplo de vida a seguir por onde passou.". Sem dúvida alguma teve uma grande amizade com Miguel Pedro, onde recebia fornecimento de bebidas em seu armazém na comunidade de Carqueja, por muitos anos conviveu e é uma grande honra ter participado de seus trabalhos pela comunidade do interior, sabe que ele contribuiu honestamente com seu trabalho, como educador de seus filhos, deixando um bom exemplo na cidade da Lapa, por tudo isso pede aos Vereadores para que esse projeto seja aprovado por unanimidade.

Com a palavra o Vereador Adriano disse que parabeniza o Vereador Dirceu pela iniciativa, o Migué Pedro, como era chamado, sempre sabia atender bem parentes, amigos, pessoas que chegavam na distribuidora, nas suas andanças pelo interior também e quando falam em Miguel Pedro não pode esquecer de seu pai, porque foram grandes amigos, até antes de sua morte conversavam muito e inclusive até em algumas brincadeiras que era familiar entre eles, inclusive imitar o Migué Pedro seu pai fazia e ficava uma situação gostosa. Feliz a iniciativa, parabeniza ao Vereador Dirceu e a família do homenageado e vai votar favorável.

Com a palavra o Vereador Walter disse querer parabenizar o Vereador Dirceu pela lembrança, inclusive tem muito conhecimento do homenageado, um ilustre senhor da cidade da Lapa, cidadão do interior do Município, além de todas as virtudes que já se comentou, tem muitas mais de conhecimento deste Vereador, uma pessoa simples, mas de grande conhecimento no interior do Município, só pode dizer que foi muito bem lembrado e tem o apoio deste Vereador. Pede aos demais Vereadores para votarem favoráveis.

Com a palavra o Vereador João Renato disse querer parabenizar o Vereador Dirceu pela iniciativa e também agradecer a Deus por ter colocado principalmente no caminho deste Vereador o Miguel Pedro, todos em Água Azul o conheciam carinhosamente como Migué Pinheiro, um dos primeiros vendedores de bebidas da região, este Vereador lembra muito bem dele, da última vez que teve a oportunidade de conversar com ele, ainda lúcido, no ano de mil novecentos e noventa e cinco, quando estava em seu leito já desenganado pelos médicos na Santa Casa de Misericórdia, naquela conversa gostosa relembrou de todos os feitos até de quando este Vereador era um bebê, foi se tornando jovem e o ajudava quando ele chegava para descarregar as bebidas, o Miguel Pedro muito amigo da família, de confiança, ele não chegava no armazém e perguntava quantas caixas iriam ficar, ele ia no depósito pegava as garrafas vazias e repunha, quando do acerto de contas ele pegava um livreto famoso, inseparável, com um lápis preto, uma borracha e chegava para a família deste Vereador, quanto você pode dar na conta antiga, pagavam o que podiam, ele pegava a borracha e calculava o quanto ficariam devendo, por isso agradece a Deus por ele ter colocado o Miguel em seu caminho, quiçá este Vereador quando Deus chamar deixe lembranças boas quanto o Miguel deixou, só pode dizer uma coisa, que sente saudades do Miguel Pinheiro, seu grande amigo e uma pessoa que teve como marco em sua vida.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o ante-projeto de Lei nº 05/01, de autoria do Vereador Dirceu Rodrigues Ferreira, que denomina de Miguel Pedro, logradouro que especifica, colocado em votação secreta sendo aprovado por unânimidade.

Foram escrutinadores os Vereadores Alceu Hoffmann e Elisia Martins.

Em 1ª discussão o ante-projeto de Lei nº 06/01, de autoria da Vereadora Valentina Piovezan Batista, que declara de Utilidade Publica no Âmbito Municipal, a Sociedade União Esporte Clube.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela a Vereadora Valentina dizendo que o União Esporte Clube faz parte do esporte lapeano ou melhor faz parte da Lapa ha sessenta e três anos, é conhecido carinhosamente como Leão da Saudade e confessa que não tinha conhecimento do porque do Leão da Saudade, mas ao participar do aniversário dos sessenta e três anos, ouvindo o discurso de seu amigo Castilho, descobriu o por quê de ser chamado carinhosamente de Leão da Saudade, por ficar próximo ao Cemitério Municipal, este pedido da declaração de utilidade pública de um clube como o União se faz necessário para que essa entidade tenha diante da comunidade lapeana referendado todo seu valor, todo seu trabalho, porque além do envolvimento afim que é o esporte, o União Esporte Clube faz parte da família lapeana, quantos eventos, quantos momentos viveram, quantas crianças, alunos fizeram uso desse espaço para a prática de esportes, para a recreação e para outras finalidades, hoje o União Esporte Clube tem uma escola de futebol para crianças na faixa etária de nove a quinze anos, onde estão matriculados aproximadamente cem crianças, possui o único estádio murado do Município, com privilegiada localização, contendo uma aconchegante sede social e uma arquibancada coberta que abriga trezentas pessoas, seus membros diretivos não percebem qualquer tipo de remuneração em troca de seus abnegados serviços fazendo simplesmente pelo amor ao clube e pelo sentimento esportivo que os nutre, sente-se emocionada ao participar de eventos no União Esporte Clube, emociona-se ao perceber esse amor que os membros do União Esporte Clube dedicam ao seu clube, um exemplo para a juventude, um exemplo de cidadania porque o esporte, em especial o futebol na Lapa, é um dos maiores elementos agregadores da juventude e dos cidadãos, no interior sempre diz que as pessoas se reúnem para o culto e para o jogo de futebol e não poderia ser diferente no caso do União Esporte Clube, esta Vereadora mora a quase quarenta anos vizinha do União e se habituou com o barulho gostoso quando tem jogo no campo do União, este pedido de declaração de utilidade pública, traz em seu bojo o pedido de iluminação do campo do União, que é também um sonho antigo do grupo de desportistas da Lapa, confessa que está preocupada, será que estariam novamente na contramão da história, falando-se em apagão, com problema de eletricidade, pleiteando a iluminação do campo do União, espera que este apagão não chegue até a cidade da Lapa e que não prejudique esse pedido, porque o clube tem sessenta e três anos de existência, isso já poderia ter acontecido a muito tempo, considerando que é um sonho antigo dos desportistas. Pede a aprovação e aproveita este momento para parabenizar a diretoria, este grupo que está a frente do clube, elevando cada vez mais o nome do União e fazendo um belo trabalho, principalmente com a infância e a juventude, levando-os para a prática do esporte.

Com a palavra o Vereador Adriano disse ser oportuno o projeto da Vereadora Valentina, as finalidades do Clube são cultivar, incentivar por todos os meios as práticas dos desportos terrestres em todas as suas modalidades entre os seus associados, curioso que no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o título Leão da Saudade consta como título do estabelecimento, nome oficial União Esporte Clube e nome de fantasia Leão da Saudade, este Vereador tem um carinho especial pelo União, mais precisamente estreitado neste ano de dois mil e um quando tiveram a oportunidade ao avaliar e ao acompanhar o trabalho da escolinha de futebol do União Esporte Clube, coordenada pelo professor Olívio e também por mais um professor de educação física, o trabalho que eles vem fazendo com essas crianças, este Vereador sensibilizado por isso se prontificou a destinar a título de incentivo a essa escolinha, cinqüenta reais por mês, perfazendo seiscentos reais no ano, teve acesso a um dado do Ministério da Educação falando que seis milhões de reais é a cifra gasta com a repetência e a evasão escolar, que esta cifra sem dúvida vai aumentar se levarem em consideração que estas crianças que saem da escola vão praticar vandalismo, possivelmente roubar e se envolver com vício, um trabalho realizado como este do União Esporte Clube

tem que ser valorizado, foi com base nesses critérios e no acompanhamento que fizeram com o trabalho que se prontificou essa ajuda e mais ainda agora declarando de utilidade pública. Este Vereador esteve na comemoração dos sessenta e três anos onde a Vereadora Valentina proclamou essa sua vontade de pleitear a iluminação pública e como cidadão, como pessoa e como Vereador se prontifica a ajudar no que for possível para que isso aconteça, sem dúvida terá seu voto favorável para a declaração de utilidade pública ao União Esporte Clube.

Com a palavra o Vereador João Renato disse querer parabenizar a Vereadora Valentina pela iniciativa e dizer que tem conhecimento da sua labuta, de seu empenho com relação a vinda desse recurso estadual para que efetivamente seja feita a iluminação do estádio do Leão da Saudade, hoje ainda este Vereador esteve com um deputado que disse de novo que vai atender esse pedido, ele achou o estádio muito bonito e pelo que soube do Leão da Saudade, um time de nome e de respeito na cidade da Lapa, um patrimônio de todos os lapeanos, isso nunca foi negado por diretoria nenhuma, por isso vota favorável.

Com a palavra o Vereador Cavalini disse querer parabenizar a Vereadora Valentina, não tenha dúvida que o União de fato foi feliz em escolher ela para levar em frente este projeto, o clube de fato merece, este Vereador morou três anos ao lado do União e sabe das atividades lá desenvolvidas, tem certeza que o apagão não vai atrapalhar, Graças a Deus as usinas hidrelétricas do Paraná produzem energia suficiente, se quiserem atrapalhar esse projeto não pode ser esta a desculpa, que façam outra, mas não haverá outra, tem certeza que será aprovado e para este Vereador é uma honra votar nesse projeto.

Com a palavra o Vereador Valério disse que não só como Vereador, mas também como Presidente da JJD da Lapa, teve oportunidade de ter contato com o pessoal do União, ao qual parabeniza, pois leva a sério a prática do esporte, como uma forma de dar vida a vida, como realmente percebeu neste Plenário, o que lhe surpreendeu realmente é que o União deveria ter recebido antes este benefício, este reconhecimento do mérito público, talvez já estivesse gozando do benefício de iluminação pública, mas não há o que se preocupar com o apagão, já estão no Rio Grande do Sul inventando ventoinhas para gerar energia elétrica, se não faltar água, energia não vai faltar, mas se faltar água o vento com certeza não vai faltar e o Leão vai poder rugir por muito tempo e levar principalmente a essas crianças carentes, que necessitam da prática do esporte ou de qualquer atividade desportiva, talvez até formar profissionais, tem notícias que tem dois jovens nos times profissionais, novatos, vários lapeanos circularam pelo futebol do mundo, inclusive o Lalá na seleção, o Sucupira e tantos outros, sempre questionou com os clubes, com o Avaí, com o União e com os outros clubes da liga, porque não disputar um campeonato paranaense formando senão uma seleção, empréstimos de jogadores para que pudessem circular no Estado do Paraná com um clube efetivo na disputa de vagas maiores, seria muito interessante, mas acredita que o pensamento do União, não é a disputa, o título em si, é a prática do desporto pelo amor a vida, isso enobrece a diretoria do União, parabeniza também aos desportistas que fundaram o clube, para este Vereador num passado longínquo, mas de memória recente, são pessoas de tradição na cidade, a todos a saudação e efetivamente não há nem necessidade de dizer que seu voto será favorável.

Com a palavra o Vereador Osvaldo disse que sempre considerou o esporte uma atividade muito importante na vida de todos, tirando crianças, adolescentes de caminhos tortuosos, este Vereador sempre que pode tem ajudado os times de futebol, não é bom de bola mas é importante praticar uma atividade esportiva, já jogou junto com o Castilho, com o Baiano, com o Caçarola e tantos outros, o esporte é saúde, é vida. Parabeniza a Vereadora Valentina por esta iniciativa de tornar o Leão da Saudade de utilidade pública, assim as verbas virão, pois o União como também os outros times da Lapa são merecedores. Parabeniza também a diretoria do União e seu voto será favorável.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o ante-projeto de Lei nº 06/01, que declara de Utilidade Publica no Âmbito Municipal, a Sociedade União Esporte Clube, colocado em votação sendo aprovado por unânimidade.

Havendo requerimento verbal de autoria do Vereador Osvaldo Camargo, solicitando a dispensa de interstício para a 2a. deliberação do ante-projeto de Lei nº 06/01, que declara de Utilidade Publica no Âmbito Municipal, a Sociedade União Esporte Clube, colocou-se este em votação, sendo aprovado por unânimidade.

Em 2ª discussão o ante-projeto de Lei nº 06/01, de autoria da Vereadora Valentina Piovezan Batista, que declara de Utilidade Publica no Âmbito Municipal, a Sociedade União Esporte Clube.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o ante-projeto de Lei nº 06/01, que declara de Utilidade Publica no Âmbito Municipal, a Sociedade União Esporte Clube, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unânimidade.

Em 1ª discussão o ante-projeto de Lei nº 07/2001, de autoria da Vereadora Valentina Piovezan Batista, que declara de Utilidade Publica Municipal a Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC da Lapa - ADECAL.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela a Vereadora Valentina dizendo que a ADECAL – Associação de Apoio e Desenvolvimento ao CAIC da Lapa, quando iniciaram os encontros a nível de Brasil, em janeiro de noventa e três, com os primeiros diretores gerais dos primeiros duzentos CAICs construídos no País, tinham encontros a nível nacional e formaram um grupo muito afinado, com um objetivo, um sonho, porque era um projeto totalmente novo e desde aqueles primeiros momentos surgiu a necessidade de uma entidade que desse suporte para o funcionamento e manutenção, a existência do projeto. Gostaria de manifestar a gratidão ao Presidente da Casa, que graças ao seu prestígio político, a sua vontade política, conseguiu trazer para a Lapa um CAIC, um modelo AA12 – argamassa armada doze salas de aula, quando esta Vereadora recebeu o convite para ser a primeira gerente geral, foi conhecer o espaço na região do loteamento Nosso Chão, não havia na construção o espaço da creche e novamente o então Prefeito Sérgio Leoni conseguiu trazer para o complexo a construção da creche, fechando tudo aquilo que se precisava em termos de atenção integral, ou seja, atender a criança desde quatro meses de idade até dezesseis, dezessete anos, o ensino fundamental, sem contar o atendimento a comunidade. Nos anos de noventa e três, noventa e quatro, noventa e cinco as escolas foram se organizando, por exigência legal cada escola tendo sua Associação de Pais e Mestres, havia a necessidade da existência dessa entidade de um nível de direção geral do CAIC, quando da escolha do nome ADECAL, se pensou junto com a equipe e conseguiram a cópia de estatuto da cidade de Palmas que já havia criado a entidade a mais tempo com resultados positivos, se observar o Estatuto que faz parte do projeto, ele é bastante abrangente, dando margem inclusive a votação que fizeram hoje do primeiro projeto, a possibilidade da contratação de pessoas, com este intuito de facilitar a administração desse complexo, o pedido de declaração de utilidade pública é justamente com esse mesmo objetivo de que se possa, sendo declarado de utilidade pública, trazer para o CAIC mais recursos, porque um projeto com tamanha abrangência é natural que se ele tiver um apoio financeiro maior caminhará cada vez mais, tendo resultados cada vez mais positivos, o CAIC da Lapa é modelo e exemplo para o Estado, um orgulho para os lapeanos, o CAIC da Lapa vem mudando a história de vida de muitas famílias da Lapa e trazendo, inserindo nessa comunidade novos conceitos, novos valores e sabe-se que a equipe que dirige hoje o CAIC está munida da maior vontade em fazer um trabalho de equipe para que continue com esta imagem de trabalho, com estes resultados e todos que iniciaram este trabalho são os que mais torcem para que estes resultados sejam cada vez maiores, quando se fala de criança, de educação, de facilitar os meios para que essa educação aconteça, para que a

atenção integral como é a proposta do PRONAICA - Programa Nacional de Atenção Integral a Criança, que na verdade não é mais lei, com a mudança dos Presidentes o projeto não existe mais, previa-se a construção de cinco mil CAICs, ou seja, um para cada Município do Brasil e construiu-se quinhentos, o Paraná tem quarenta e dois, a Lapa tem um, não é importante que não seja mais lei, importante é que se implantou e que não se perdeu essa raiz, ou seja, essa preocupação com a atenção integral, quando falam do progresso, do desenvolvimento que querem para a Lapa é dessa forma que o construirão, dando apoio, dando garantia da educação, da atenção integral à criança que certamente farão da Lapa um Município de progresso que querem, portanto o objetivo de seu pedido de declaração de utilidade pública da ADECAL é no sentido de fornecer ao CAIC, ou seja, a direção geral, ao grupo que trabalha, mais elementos para buscar um trabalho cada vez com mais qualidade.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o ante-projeto de Lei nº 07/2001, que declara de Utilidade Publica Municipal a Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC da Lapa - ADECAL, colocado em votação sendo aprovado por unânimidade.

Havendo requerimento verbal do Vereador João Renato, solicitando a dispensa de interstício para a 2a. deliberação do ante-projeto de Lei nº 07/2001, que declara de Utilidade Publica Municipal a Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC da Lapa - ADECAL, colocou-se este em votação sendo aprovado por unânimidade.

Em 2ª discussão o ante-projeto de Lei nº 07/2001, de autoria da Vereadora Valentina Piovezan Batista, que declara de Utilidade Publica Municipal a Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC da Lapa - ADECAL.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o ante-projeto de Lei nº 07/2001, que declara de Utilidade Publica Municipal a Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC da Lapa - ADECAL, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unânimidade.

Nada mais constando na Ordem do Dia, passou-se a leitura dos requerimentos apresentados: Da Vereadora Elisia Martins, solicitando limpeza de terreno da Prefeitura situado na entrada do Bairro Jardim Primavera. Da Vereadora Elisia Martins, solicitando canalização de valeta na Cohapar e após, estudos para construção de um play graund. Da Vereadora Elisia Martins, solicitando colocação de mais areia na cancha de esportes na Cohapar. Da Vereadora Elisia Martins, solicitando um local para funcionamento do clube de mães da Cohapar. Da Vereadora Elisia Martins, solicitando melhorias na entrada do Passa Dois. Da Vereadora Elisia Martins, solicitando melhorias no telhado da Escola Pedro Fávaro Cavalin. Da Vereadora Elisia Martins, solicitando colocação de poste na Rua Tenente Alfredo Seabra. Da Vereadora Elisia Martins, solicitando feitio de bueiro e limpeza dos existentes na estrada do Piripau. Do Vereador Valério Schmidt solicitando fornecimento de remédio que especifica, produzido na Irlanda. De todos os Vereadores solicitando estudos para implantação do Plano de Carreira, Cargos e Salários.

Ninguém querendo colocar qualquer requerimento em destaque, foram todos deferidos ficando à disposição dos Senhores Vereadores, juntamente com o Expediente, na Secretaria desta Casa.

Abrindo-se as inscrições para o Grande Expediente, inscreveram-se os Vereadores Antonio Luiz Carlos Cavalini, Valentina Piovezan Batista, Adriano Hamerschmidt e Valério Schmidt.

Com a palavra o Vereador Cavalini disse que quanto aos requerimentos anteriores, devem ter paciência, provavelmente o Poder Executivo terá o bom senso de atender. Este Vereador gostaria de falar um pouco das ações do PFL a nível nacional e da Lapa, tem um Vice-presidente, seis Governadores, vinte e um Senadores da República, cento e quatro deputados federais, cento e sessenta e sete estaduais, mil cento e noventa e seis Prefeitos,

dezesseis mil e dezessete vereadores, com três vírgula um milhões de filiados, o PFL nos últimos anos não obstante grandes problemas na nação, trabalhou de maneira efetiva para se melhorar o drama da pobreza, considerando que vinte e três vírgula seis porcento do povo brasileiro vive com dois dólares ao dia, no máximo de gasto que pode, para uma família isso é lamentável, o PFL criou a renda mínima, o projeto bolsa/escola, o seguro desemprego e também o auxílio do Fundef, foi do PSDB, mas com auxílio das votações do PFL, uma gama de trabalho social muito grande, o projeto também de garantia de fixação do salário mínimo regional, talvez seja o projeto mais brilhante que este partido tenha apresentado na Câmara Federal, este projeto permite que os Governadores que tem a contabilidade em dia, que trabalham financeiramente dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, possam dar aumento aos seus empregados, aos seus funcionários, desde que a receita seja condizente com a legislação, isso foi de muita valia, já tem alguns Vereadores, inclusive do PFL que aumentaram por conta o salário mínimo, isso é gratificante, um exemplo que o Governador deste Estado poderia seguir, quem dera a este Vereador em breve espaço de tempo seguir esse exemplo, colaborar com o código de defesa do contribuinte que está sendo votado no Senado Federal e deverá ser aprovado com a ação do PFL, que acima de tudo obriga o Estado no recolhimento de impostos e taxas, prever um planejamento e mostrar a sociedade, ao contribuinte aonde está sendo colocado o dinheiro do povo, em que quantidade e que valor para cada obra especificamente, se este projeto for aprovado será de grande valia não só para o Paraná, mas para todo o País, isso é de fundamental importância, a valorização do fundo de garantia, hoje o trabalhador pode utilizá-lo para problemas familiares específicos e até para pagamento da universidade dos filhos, isso considera profundamente importante; finalmente a lei de crimes ambientais que regulamentou toda a ação do homem no meio ambiente, dando penas pesadas para crimes hediondos com relação ao meio ambiente; para concluir a estabilização da moeda vem provocar uma certa recessão, mas por outro lado também ela manteve a renda mínima das famílias mais pobres do País, o partido não tem só, como dizem alguns, variantes negativas, tem muito trabalho positivo feito a nível de Brasil, a nível de Paraná e de Lapa.

Com a palavra a Vereadora Valentina disse que falavam alguns dias atrás nesta Casa, de não ficarem só no microfone quando tratavam da questão do Plano de Cargos e Salários dos funcionários públicos municipais, tem certeza que não ficarão só no microfone, até pela proposta já colocada nesse Plenário pelo Vereador Valério, da possibilidade da criação de uma Secretaria para tratar desse assunto, quanto a preocupação com a formação dos professores, considerando que a Lei de Diretrizes e Bases estipulou até o ano dois mil e seis para que todos os professores tenham a formação em nível de terceiro grau, esta Vereadora acompanhava pela imprensa a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação, da educação a distância pela Universidade Federal, já tem a Universidade de Ponta Grossa, que a Secretaria de Serviços onde fica locado o Departamento de Educação deverá estar tomando as devidas providências para que os professores tenham a possibilidade dessa formação tendo assim o conhecimento necessário para que se tenha cada vez uma melhor qualidade de ensino no Município da Lapa. Outra questão importante é o projeto Jovem Cidadão que foi lançado na Lapa, a preocupação com as drogas na Lapa, também não podem ficar só no microfone, de nada vale registrar a preocupação se não forem a campo, se não forem efetivamente para a ação, todos os Vereadores, as pessoas da comunidade tem todas as condições em dar a sua contribuição, em participar efetivamente para o sucesso desse projeto, não tem mais tempo aqui na Lapa, não podem postergar mais essa questão das drogas, devem abraçar esse projeto Jovem Cidadão que foi lançado no CAIC de corpo e alma, esta Vereadora recebeu um convite para uma fala, uma oficina de uma hora com sessenta adolescentes, espera que se comece a formar uma corrente para que efetivamente se consiga se fazer notar na sociedade, na comunidade em relação a essa questão das drogas

na Lapa. Está sendo criado o Conselho do Meio Ambiente, muito importante, necessário a preocupação com o meio ambiente, mas esta Vereadora precisa cumprir o seu dever nesta Casa, falou em Plenário que enquanto não viesse para a aprovação na Câmara o Conselho, a reestruturação do Conselho da Mulher que já foi criado, conforme a nova estrutura administrativa, a cada Sessão esta Vereadora pedirá novamente ao líder do Governo que leve esse pedido em nome da mulher lapeana ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, continua recebendo documentação do Conselho, essa semana recebeu de Sueli Galhardo, Secretária Executiva do Conselho Nacional da Mulher, esse panfleto que foi distribuído em Mato Grosso do Sul, onde tem um cartão do SOS Mulher com o número do telefone, onde tem uma chamada muito séria, homem que é homem não bate, mulher que é mulher denuncia, precisam ter coragem de falar nessas questões, precisam ter coragem porque sabem que essa situação existe, sabem sobre a violência doméstica, não só com relação a mulher como em relação a criança e a necessidade da existência de um órgão onde possa dar a essas pessoas o apoio de que elas precisam, esta Vereadora recebeu também datado de oito de maio, assinado pela Presidente Nacional do Conselho Nacional da Mulher, Solange Bentis Jurema, uma documentação importante, esta Vereadora preocupou-se com o parágrafo que diz que o Presidente da República incumbiu de encaminhar este documento a todos os gerentes do Plano Plurianual com a solicitação de que já comece a trabalhar na efetiva realização, inclusão e maior participação das mulheres nesses projetos, nesse sentido informa que a Secretaria de Planejamento e investimentos estratégicos do Ministério do Planejamento e Orçamento, orientou que até o dia catorze de maio próximo, poderão ser introduzidas novas ações nos programas a serem apresentados por estas gerências, são programas de uma importância muito grande mesmo, tem o programa da bolsa/escola que aprovou-se, educação a distância, educação de jovens e adultos, tem programas na área da saúde da família, da saúde da mulher, o plano de segurança pública na questão do combate a violência, direitos humanos, paz na escola, tem os projetos na área de trabalho, balcão da cidadania, banco da terra, agricultura familiar, programas na área de ciência e tecnologia, capacitação de recursos humanos para pesquisa, programa na área de telecomunicações, na área da cultura, na área de infra-estrutura urbana e habitação e uma relação de nomes de pessoas com endereço para consulta no caso de interesse de implantação desses programas nos Municípios, não sabe se já passou a data, porque recebeu no dia dezoito de maio, mas se houvesse um Conselho instituído.

Solicitando um aparte o Vereador Cavalini disse que se tivesse o Conselho em atividade, já poderiam ter este benefício.

Continuando a Vereadora Valentina disse não saber se daria para ter este benefício, desde que a documentação tivesse chegado em tempo hábil, mas teria um contato maior efetivamente e estariam agilizando as coisas, fica novamente o pedido em nome da mulher lapeana para que possam agilizar a existência do Conselho Municipal da Mulher..

Com a palavra o Vereador Adriano disse querer informar que recebeu ofício do Executivo Municipal que encaminha o projeto sobre a elaboração das Diretrizes Orçamentárias, ocorre que em recente discussão nesta Casa foi ampliado o prazo do Executivo para enviar ao Legislativo o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e posteriormente a Lei do Orçamento Anual, o Plano Plurianual como falado na oportunidade, se refere a quatro anos, então ele é votado, discutido numa única vez e tem sua validade para os próximos quatro anos, do segundo ano do mandato do exercício atual, até o primeiro ano do seguinte, consultou a Secretaria da Casa e foi protocolado apenas o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, não podem traçar diretrizes para dois mil e dois se não tiver o Plano Plurianual, a Comissão de Economia e Finanças estará se reunindo para tentar agilizar esse projeto, que ele venha para esta Casa uma vez que tem até trinta de junho para devolver esses dois projetos, essas duas leis devidamente aprovadas com

alteração ou sem alteração, pede ao líder do Governo, Vereador Valério que faça esse comunicado, foi ampliado o prazo, foi dito que o Executivo teria até dia quinze de maio para mandar ao Legislativo a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual e no entanto só chegou a Lei de Diretrizes, o Plano Plurianual seria as diretrizes gerais para os quatro anos, os três deste Governo mais o primeiro do Governo seguinte, receberiam no dia quinze de maio e teriam até o dia trinta de junho para devolver, excepcionalmente no primeiro ano do mandato são votadas as duas matérias ao mesmo tempo, o Plano Plurianual para que possa se enquadrar e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento é só no segundo semestre, mas excepcionalmente neste primeiro ano de mandato tem que discutir e votar o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a título de colaboração inclusive com o Executivo Municipal, acredita que os membros da Comissão de Finanças não vão obstar para que emitam este parecer ou solicitem este documento, é uma matéria complexa, com certeza terão uma certa dificuldade para votar, para discutir, para trabalhar nesses projetos, acredita que seria interessante que viesse o mais rápido possível para poder discutir e enviar ao Executivo dentro do prazo hábil.

Com a palavra o Vereador Valério disse que os Vereadores que desejarem cópia do pronunciamento do Assessor Cesar Vidal, ele mandou este documento à Secretaria da Casa. Quer justificar seu requerimento porque para impetrar mandato de segurança contra o Estado ou contra a União tem que haver a negativa do não fornecimento do remédio e pelas vias ordinárias não foi possível conseguir essa negativa, este é um documento realmente para acelerar, para que imediatamente vindo a negativa este Vereador precisa impetrar mandato de segurança, o que vai fazer com maior prazer. Justifica e reforça o requerimento que os nobres Vereadores assinaram com relação ao Plano de Carreira, Cargos e Salários e tranqüilizar os funcionários públicos municipais, quem participou do plano de campanha do Paulo, quem subiu no palanque discutindo com ele as metas do seu Governo, tem certeza que essa seria a proposta dele e assim que foi solicitado, de imediato ele se prontificou, até em antecipar, criando uma Secretaria Especial para este fato como anunciou também na última terça feira. Pediria também para a Secretaria da Casa que enviasse as atas das Sessões ao Senhor Prefeito Municipal para o conhecimento, porque este Vereador faz cópia ao Prefeito, mas as vezes no tumultuo da profissão se demora a vir buscar a ata nesta Casa, então se possível fazer o envio da ata facilitaria bastante. Com relação aos professores é um compromisso do Prefeito, este Vereador já participou de reuniões onde foi discutindo o quanto será destinado a cada professor a título de ajuda de custos para formação, é um fato concreto, já está sendo tabulado com órgãos competentes, quem vem fazer o curso, qual a maneira, quanto vai custar para cada professor e com quanto o Município vai colaborar, da mesma maneira como ele colabora com os estudantes, cada professor aluno, receba uma bolsa de ajuda de cinqüenta reais. Na última Sessão este Vereador foi pego de surpresa com a declaração do Vereador João Renato, o qual lamenta sua ausência, quando ele disse que estava de posse da sentença do juiz da Lapa onde ficava estarrecido, porque a juíza teria dito que havia uma visível perseguição política, infelizmente na primeira parte do documento onde o advogado que subscreve a petição deve ter visto que a Dona Thádia vindo sofrendo perseguição política por parte da atual administração em razão de ter apoiado o candidato opositor, a juíza disse, não vislumbro da documentação acostada aos autos nenhum indício de perseguição política, ela vem depois alongando o despacho dela onde indefere a primeira liminar, onde ainda se pleiteava que se ficasse lá na frente do mercado Condor, ele pediu reconsideração despacho dizendo que teria sido cassado seu alvará de localização, como de fato foi cassado e foi restabelecido então o alvará de localização dele pela Prefeitura Municipal e agora questiona e quer fazer a defesa dos demais empresários da Lapa, se uma empresa pode funcionar sem alvará de licença sanitária por ordem judicial, porque os demais tem o dever de ter, porque eles trabalham

com alimentos, a vigilância sanitária, tem agora um empresário que rende empregos na cidade, não discute seu mérito quanto a estrutura, mas se tem ou não alvará para funcionamento, se não tem alvará de funcionamento fornecido pelo Município, tem via judicial, mas não tem a licença da vigilância sanitária para funcionamento, se colocou uma situação caótica realmente porque se este Vereador fosse empresário do ramo, não pagaria mais o alvará, este Vereador não permitiria que entrasse o fiscal de sanidade pública da vigilância sanitária, o Prefeito Municipal não faz perseguição política, tem certeza absoluta disso, esta fazendo este pronunciamento tão só porque entendeu que o Prefeito Municipal foi atingido na sua honra, perseguição política é um fato gravíssimo que este Vereador não admitiria no candidato que apoiou e está provado que a juíza não disse isso, a juíza foi clara, dizendo não vislumbrar da condição acostada aos autos, nenhum indício de perseguição política, mais adiante ela fornece o alvará, mas não se atenta para a vigilância sanitária e está aí criada uma situação dúbia que acredita que o Poder Judiciário vai ter que em breve rever, ou então os outros vão poder ter o direito de não mais se dirigir a vigilância sanitária e pagar seu correspondente alvará.

Ninguém mais inscrito, abriu-se espaço às lideranças partidárias, manifestando-se o PSDB e o PPB.

Com a palavra a Vereadora Valentina, líder do PPB, disse que não poderia deixar passar em branco este momento que é reservado a liderança do partido para registrar que teve no último sábado a presença do Deputado Seleme, onde o grupo todo do PPB se reuniu e continua firme com a proposta de fazer uma política dentro da ética, da verdade, fazer a prática da política partidária independente de ser época de eleições para que se possa oportunizar às pessoas momentos de discussão política, tem em mãos também um fax que recebeu da assessoria do deputado Seleme e já fez chegar as mãos do Prefeito Paulo Furiatti, onde fez o pedido juntamente com a professora Vilma, Diretora do Departamento de Turismo, da possibilidade de uma fanfarra para os jovens que fazem parte do grupo dos desbravadores, eles estão trabalhando, ajudando no receptivo turístico na Lapa, havia uma vontade por parte desses jovens de terem então uma fanfarra e passou isso ao Prefeito para que chegasse as mãos da professora Vilma toda documentação necessária e um fax com os valores onde se faça um plano de aplicação que não ultrapasse esses valores, inclusive os valores aqui são garantidos com validade de orçamento apenas para cinco dias para que se consiga então essa fanfarra, onde novamente estarão dando uma ocupação a crianças, jovens e adolescentes, vê isso de uma forma muito especial, desse grupo como um fator preponderante, como algo assim de importância no sentido desse trabalho que estão tão preocupados na Lapa com a prevenção das drogas.

Com a palavra o Vereador Valério, líder do PSDB, disse querer fazer um convite a todos que entenderem que a Copel não deve ser vendida, o PSDB está trabalhando a nível de uma coleta de assinaturas para apresentação de um projeto de lei, iniciativa popular cujo assunto é a revogação da lei doze mil trezentos e cinqüenta e cinco, que autoriza o Poder Executivo implementar a reestruturação societária da COPEL, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital daquela companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamentos ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos e adotam outras providências, tem que ter limites constitucionais de assinatura, a Mesa da Assembléia já queria votar um projeto alterando o regimento interno, os deputados do PSDB se mobilizaram no Estado do Paraná, os demais de oposição praticamente unânimes, para evitar que hoje já começasse ser castrada, mesmo até porque a Constituição permite isso, então a população em geral que queira, todos os membros do PSDB tem listas na mão, precisa o número do título eleitoral, a zona e seção que vota para que possa ter o aspecto legal do projeto de iniciativa popular, espera que aqueles que tem um pouco de amor pelo Paraná não permitam que a Copel seja vendida.

Mais nenhum líder tendo se manifestado, passou-se às Explicações Pessoais, onde não houve inscrições.

O Sr. Presidente agradeceu a presença dos visitantes, bem como dos Senhores Vereadores e convocou-os para a próxima Sessão Ordinária a realizar-se no dia 29 de maio de 2001, á hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

Redação Final ao Ante-projeto de Lei nº 16/2001, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a conceder à Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC – ADECAL, subvenção mensal e dá outras providências.

Redação Final ao Ante-projeto de Lei nº 22/2001, de autoria do Executivo Municipal, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, associado a ações sócio-educativas, vinculado à Educação – "Bolsa Escola" e dá outras providências.

2ª Discussão do ante-projeto de Lei nº 05/01, de autoria do Vereador Dirceu Rodrigues Ferreira, que denomina de Miguel Pedro, logradouro que especifica.

1ª Discussão do ante-projeto de Lei nº 08/01, de autoria da Vereadora Elisia Martins, que denomina de Rua Ricardo Ganzert, logradouro que especifica.

2ª PARTE:

Ante-projeto de Lei nº 21/2001, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2002 e dá outras providências.

Para constar, eu, Sandra Glade, Secretária Geral, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será por todos assinada.